

Relatório com base nas atividades da 40ª Reunião Anual da ABENO e do 31º Encontro Nacional dos Dirigentes de Faculdades de Odontologia

Tema central: “Universidade promotora de conhecimentos, saúde e prestadora de serviços”

Balneário Camboriú - SC - 17 a 20 de agosto de 2005

GRUPOS DE DISCUSSÃO

GRANDE GRUPO – GRUPOS 01, 04 E 06

1) Como relacionar no projeto pedagógico os níveis de graduação e pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*?

O Projeto Político Pedagógico institucional deve primar pela obediência aos princípios vigentes nas Diretrizes Curriculares Nacionais, respeitando-se os limites de competência e complexidade das partes.

2) Como deverá ser feita a regulamentação dos cursos de especialização?

Para assessorar o MEC na regulamentação de cursos de pós-graduação *lato sensu*, sugere-se a criação de uma comissão de regulamentação das especializações odontológicas, com uma composição que contemple, ao menos, representações das instituições de ensino superior (IES) de Odontologia.

3) Como deve ser o financiamento do SUS para as atividades de ensino, pesquisa e extensão das IES?

Que seja normatizado o credenciamento das IES e Clínicas de Odontologia à semelhança do que foi feito com os hospitais de ensino, ou seja, o MEC e o MS juntos criariam normas, estabelecendo os critérios mínimos, e as IES solicitariam o credenciamento na modalidade de clínica-escola, a qual presta o serviço e promove o ensino. Haveria uma tabela diferencial

para o financiamento das atividades de ensino, pesquisa e extensão pactuadas entre o SUS e as IES.

4) De que forma a academia pode influenciar na mudança dos modelos tradicionais para o minimamente invasivo?

Deve fomentar a estruturação curricular que contemple as novas metodologias em Saúde Coletiva, estimulando as ações básicas em saúde no ensino de graduação, incorporando a filosofia/concepção do modelo minimamente invasivo como conceito fundamental para o ensino contemporâneo da Odontologia, em todas as suas disciplinas.

GRUPOS 02 E 03

1) Como relacionar no projeto pedagógico os níveis de graduação e pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*?

- Pela participação dos alunos de pós-graduação nas atividades de graduação, por meio dos estágios de docência e de projetos de extensão.
- Pela participação dos alunos de graduação nas atividades de pós-graduação: nas atividades clínicas, em monitorias; na pesquisa, pela elaboração de projetos integrados.
- Incluir, como atividades de graduação, os seminários de pós-graduação, as defesas de monografias, dissertações, teses, podendo se considerar a carga horária e os créditos.

2) Como deverá ser feita a regulamentação dos cursos de especialização?

A universidade deve contribuir para a mudança dos modelos tradicionais por meio de uma reestruturação curricular que contemple as novas metodologias em Saúde Coletiva.

- O MEC deve estabelecer critérios buscando uma regulamentação que atenda às especificidades regionais e avalie os cursos de especialização, nos moldes do que é definido para graduação e pós-graduação.
- Deve ser incentivada a consolidação da residência em Odontologia, como valor de especialização.
- Não se chegou a um consenso sobre que entidades ou instituições poderiam ofertar cursos de especialização. As possibilidades levantadas foram:
 - a) só as IES;
 - b) também as associações de classe;
 - c) as IES, podendo estabelecer parcerias.

3) Como deve ser o financiamento do SUS para as atividades de ensino, pesquisa e extensão das IES?

- Diferenciado em relação aos demais prestadores de serviços; o SUS não deve mais praticar a remuneração por procedimentos, mas considerar os Cursos de Odontologia como centros de excelência, como hospitais-escola odontológicos.
- Devem-se definir linhas de financiamento para pesquisas voltadas para o SUS.
- Educação continuada.

4) De que forma a academia pode influenciar na mudança dos modelos tradicionais para o minimamente invasivo?

- Provocando discussões para embasar uma superação de conceitos já estabelecidos e, desta forma, capacitar para a atuação e divulgação desta filosofia; formando assim promotores de saúde.
- Articulação entre ensino e serviços.

SEMINÁRIO DO INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS (INEP)

CONCLUSÕES E RESPOSTAS DOS GRUPOS 02 E 03

1) Como o coordenador e o colegiado do curso podem aplicar os resultados do Exame Nacional de Desempenho

dos Estudantes (ENADE) no sentido de qualificar a formação acadêmica?

Os resultados do ENADE ainda não atingiram a plenitude de sua utilização no processo de melhoria de formação acadêmica devido a:

1. Formação positivista do professor de Odontologia, a qual impede ou limita uma leitura qualitativa dos resultados, e se manifesta nas seguintes observações:
 - 1.1. Ausência de contextualização nas aulas, nos planos histórico, político e econômico.
 - 1.2. Ausência de discussão e elaboração coletiva dos planos de ensino, com detalhamento também dos planos de aula.
 - 1.3. Necessidade de mudanças internas na filosofia de ensino através de seminários, oficinas etc.
 - 1.4. Necessidade de mudanças e adequações, com conseqüente implementação do projeto político-pedagógico.
 - 1.5. Necessidade de requalificação da formação docente (inicial e em serviço), para lidar com o novo modelo qualitativo de avaliação.
 - 1.6. Necessidade de correção de erros conceituais ou de elaboração do próprio instrumento percebidos pela grande quantidade da mesma resposta errada em determinada questão.
 - 1.7. O coordenador e o colegiado devem estar atentos ao perfil sociocultural dos alunos em função das especificidades locais.
 - 1.8. O bom resultado do curso pode dificultar as mudanças.
 2. Resultados contraditórios entre ingressantes e concluintes, sejam por semelhança de resultados ou por inadequação quanto ao grupo respondente.
 3. Pouca aplicabilidade do exame pela influência dos seus aspectos quantitativos.
- 2) Com base nas concepções do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e dos SUS, solicitem-se:**
 1. Definição do perfil do novo avaliador do INEP, cujas características são listadas a seguir:

É fundamental que o CD atue em consonância com a União e enfatize a promoção de saúde não só em sua acepção básica, mas que abranja também a atenção especializada.

Conhecimentos	Habilidades	Competências
Avaliação em geral	Escuta, acolhimento e orientação	Visão integrada da prática profissional
Concepções do SUS	Trabalho em equipe	Distinção do Projeto Político-Pedagógico do currículo oculto
Realidade educacional	Aceitação das mudanças como necessárias e irreversíveis	Superação de preconceitos
Legislação dos sistemas de educação e saúde	Preparo de um protocolo de avaliação	Capacidade de lidar com situações iguais em contextos diferentes
Valor pedagógico da avaliação	Experiência na área de gestão acadêmica e metodologias ativas	Atuação com ética, responsabilidade e bom senso

2. Apresentação de propostas para capacitação de avaliadores (novos e antigos). O processo de capacitação deve atender ao perfil proposto.

3) Apresente críticas e sugestões ao processo de construção coletiva coordenado pelo MEC, visando o aprimoramento dos protocolos e instrumentos de avaliação coordenados pelo INEP.

1. O ENADE não contemplou as vivências que o aluno terá no sistema de saúde, restringindo-se ao PSF e, portanto, não atingindo o objetivo.
2. O instrumento não foi contextualizado dentro do SUS e deveria contemplar mais a realidade socioeconômica do país.
3. Apesar de o ENADE representar apenas 20% do processo de avaliação, a divulgação inadequada dos resultados criou constrangimentos em virtude do aspecto classificatório.
4. O estilo de prova deve minimizar a excessiva valorização da capacidade técnica.
5. A dificuldade que o instrumento cria na interpretação dos resultados em que concluintes têm menor rendimento que os ingressantes.
6. O instrumento deve permitir que se avalie a formação para a cidadania do aluno.
7. O resultado da avaliação deve ser divulgado integralmente, ao invés de priorizar e valorizar somente o resultado do ENADE.

8. Os avaliadores devem ser selecionados mediante concurso.
9. As comissões avaliadoras e o treinamento dos avaliadores devem incluir profissionais com formação na área humanística.
10. Os critérios para seleção dos avaliadores devem ser claros e transparentes.
11. As diferenças entre durações de curso impedem que a avaliação seja feita com o mesmo grupo de alunos nos momentos de ingresso e conclusão.
12. O exame não tem uma proteção jurídica que garanta a sua exigibilidade para todos os alunos selecionados para o processo.

MESA – “A UNIVERSIDADE COMO PRODUTORA DE SERVIÇOS SOB A ÓTICA DOS GESTORES ESTADUAIS E MUNICIPAIS DE SAÚDE”

Síntese do pronunciamento do professor Gilberto Pucca – O papel do gestor federal

- Apresentação do programa Brasil Sorridente, que faz parte da Política Nacional de Saúde Bucal.
- No Sistema Único de Saúde independente do setor público ou privado, o perfil profissional deve ser adequado a cada população.
- Apresentação de dados epidemiológicos de saúde bucal, mostrando a ineficácia de políticas anteriores (modelos não-condizentes com necessidades, existência de dificuldade de acesso ao serviço).
- Comentários sobre planejamento e organização dos serviços de saúde bucal: “Há não-oferta de serviços especializados, só de básicos.”
- Apresentação das características do Programa Brasil Sorridente:
 - Humanização do Atendimento, Universalização, Qualificação (sólida formação em clínica geral, planejamento, SUS, integralidade das ações, ações de cura e reabilitação).
- O PSF é uma estratégia de atenção básica.
- Horizontalização da Odontologia: pouca participação no setor público gera poucos recursos. “Há necessidade de financiamento federal para formação de rede de assistência básica nos municípios.”
- Apresentação de novos dados do PSF comparativos com os dos anos anteriores.
- Especialidades dando atenção às necessidades

de média complexidade, que são os serviços mais requisitados. Centros de Especialidades Odontológicas (CEOs) Tipos 1 e 2 com recursos mensais e para implantação.

- Distanciamento das universidades em relação ao SUS. CEOs também devem ser ofertados pelas universidades: é uma experiência inovadora com amplas perspectivas. Devem-se ofertar inclusive PPRs e próteses totais.
- Comentários sobre promoção de saúde clássica: fluoretação em abastecimento público.
- “Os alicerces foram lançados.”
- Há necessidade de uma proposta coletiva com formação profissional adequada e participação efetiva do governo federal.

Síntese do pronunciamento do secretário estadual de saúde de SC - Luiz Eduardo Cherem – O papel do gestor estadual

- Discorreu sobre visão pessoal, desde a época em que foi vereador até ocupar o cargo de deputado estadual, de como a Odontologia é fundamental para a inclusão social.
- Para o início da descentralização da saúde bucal: serviços e recursos, divisão em macrorregiões (mais carentes e menos carentes).
- Apresentação de dados sobre nº de municípios, secretarias regionais, gestão plena.
- Comentou sobre a legislação específica, instrumento de transformação social, com necessidade de visão da sociedade como um todo.
- “O ensino deve ser voltado para a gestão igualitária, com participação comunitária.”
- “A população como um todo é a maior beneficiada com essa prestação de serviço.”
- Comentários sobre os dois pólos de educação: humanização no atendimento; integralização dos diversos profissionais envolvidos no atendimento da população.
- Apresentação de nº de equipes de PSF em SC.
- Discorreu sobre como é fundamental a participação das universidades na formação do CD para atuar em parceria com a União.
- Apresentou nº de CEOs com incentivo para a implantação nos municípios, e de CEOs em implantação em 8 regiões, com 9 municípios.

Os CDs não estão sozinhos na busca pela adequação da Odontologia à situação de saúde bucal atual do país; devem se despir de seus preconceitos e contar com a ajuda de THDs e ACDs.

- O desafio a superar é principalmente a criação de parcerias com as universidades, voltadas para uma nova visão, com ênfase em promoção de saúde.
- Alertou sobre a necessidade de uma maior participação política do CD, para mudarmos a visão pequena de nossa classe, tornando-a mais forte e com maior destaque.

Síntese do pronunciamento da professora Maria Celeste Morita – O papel da Universidade

Relator:

- Roberto Rogério Molleri - Professor da disciplina de OSC – 7º e 8º períodos do curso de Odontologia da UNIVALI, Itajaí - SC.
- Comentários sobre o papel da universidade no desenvolvimento da sociedade: ela deve participar para a construção de uma sociedade mais justa e fraterna.
- Comentários sobre o binômio ensino-extensão e sua importância.
- “O direito à saúde esbarra na estrutura dos governos, embora o SUS como instrumento institucional tenha avançado como política de Estado.”
- “Os cursos de Odontologia devem adequar os seus currículos para acordarem com o SUS a construção de um sistema mais justo. É necessária uma articulação entre saúde e educação.”
- “O SUS que desejamos para a sociedade necessita que a universidade forme profissionais comprometidos com o SUS.”
- “Uma das necessidades básicas é que a universidade conheça o SUS, derrubando o preconceito de que a autonomia universitária seja derrubada neste processo.”
- Nesse relacionamento, há necessidade de discussão do papel do estudante na transformação da sociedade.
- Não podemos esquecer que a relação entre SUS e universidade se estabelece em nível municipal.
- “A relação ensino/serviço/comunidade é incipiente, há necessidade de liderança em todos os setores. Essa relação enfrenta grupos que são contra tudo.”

- Um dos obstáculos enfrentados é o financiamento, bem como a idéia de pagamento por procedimento.
- Há uma imensa defasagem entre o custo e o pagamento, não há formação para administração de fundos, o planejamento nem sempre é o correto.
- Os gestores não valorizam o serviço prestado pela universidade e vice-versa.
- O modelo de atenção não prevê a integralidade, e os serviços prestados pela escola não têm espaço no SUS.
- Deve-se mudar o modelo atual para um modelo conceitual de atenção integral, fortalecendo o papel do sujeito. Há sempre uma esperança de mudança.

Síntese do pronunciamento do Secretário Municipal de Saúde de Curitiba - Michele Caputo – O papel do gestor municipal

- Iniciou falando da importância estratégica da Odontologia no contexto de saúde pública em Curitiba.
- Há necessidade de discussão para o diagnóstico e planejamento de um mercado em nítida expansão.
- O uso da tecnologia deve ser em benefício do profissional e principalmente do paciente.
- A parceria com a universidade aborda experiências e tradições, integralizando os trabalhos e desfazendo nós críticos e crônicos.
- Os recursos devem chegar sem carimbos ou compartimentalizados, havendo sim uma fiscalização séria.
- É importante investir na promoção de saúde, com discussão e procurando superar os limites, que nunca são alcançados. Para que isso ocorra, é necessário investir na formação do profissional, derrubando preconceitos do CD em relação a THDs e ACDs, pois as pessoas buscam dignidade no relacionamento paciente/profissional.
- Comentou a necessidade de se discutir a formação continuada dos profissionais, com qualidade, e a criação das parcerias, para que o problema neste país não seja simplesmente um problema de financiamento, e que se possa fazer avançar a qualidade de vida das pessoas.
- O município tem condições de gerenciar os financiamentos existentes, bastando para isso boa

vontade, capacitação, profissionalismo e planos realizados diante da realidade de cada paciente.

MESA – “A PÓS-GRADUAÇÃO COMO INDUTORA DA TRANSFORMAÇÃO DO PROCESSO INTERNO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR”

Palestrantes:

- Profa. Dra. Ana Estela Haddad (Coordenadora de Educação Superior em Saúde/MS)
 - Formação do cirurgião-dentista no contexto das atuais políticas públicas de educação em saúde.
- Prof. Dr. Antonio Cesar Perri de Carvalho (Presidente da ABENO)
 - Pós-graduação *lato sensu* no sistema de educação superior.
- Profa. Dra. Adriana de Castro Amédée Péret (UFMG/PUC-MG)
 - Políticas públicas em educação superior e saúde e a formação do professor de Odontologia.
- Prof. Luiz Roberto Augusto Noro (UNINFOR)
 - A universidade e a formação docente.
- Prof. Dr. Ney Soares de Araújo (Representante da Área de Odontologia/CAPES)
 - A CAPES e a política para os cursos de pós-graduação em Odontologia.

Relatores:

- Profa. Dra. Isabela Almeida Pordeus (UFMG)
- Prof. Dr. Ricardo de Sousa Vieira (UFSC)

Em decorrência da mudança do mercado de trabalho em Odontologia (seja no que tange ao seu novo perfil, ou à saturação do modelo existente), bem como das diretrizes curriculares para cursos da área da saúde, as políticas atuais vêm direcionando a formação do cirurgião-dentista para uma ação generalista, estimulando os projetos de ações voltadas para o atendimento no Sistema Único de Saúde – SUS. Esse aspecto decorre do fato de que 80% da população utiliza esse serviço e de que há conseqüente necessidade de dar cobertura à maioria da população brasileira. As Diretrizes Curriculares apontam para a premissa de o egresso possuir uma inserção social com intuito de transformação da realidade em benefício da sociedade. Deve-se resgatar a missão da universidade no desenvolvimento do país, uma vez que ela é um bem público e para o público deve se voltar, possuindo

do relevância social.

Na década de 90, houve uma expansão rápida do ensino superior, centrada essencialmente em instituições particulares (88% dos cursos atualmente se concentram nas IES privadas), congregando 70% dos alunos matriculados. Entretanto, até 2004, havia 40% de ociosidade nesse segmento privado e, portanto, políticas de melhor utilização dessa infra-estrutura devem ser propostas.

A pós-graduação forma recursos humanos que também atuarão na sociedade, sendo que os cursos *lato sensu*, de acordo com o Parecer Sucupira, datado de 1965, são aqueles destinados ao “treinamento nas partes de que se compõe um ramo profissional ou científico” ou “o domínio científico e técnico de certa e limitada área do saber ou da profissão, para formar o profissional especializado”. A ABENO, ciente de seu papel no ensino da Odontologia brasileira, define a especialização como o aprofundamento do conhecimento e das habilidades técnicas e científicas, visando à formação de recursos humanos no campo específico de

sua atuação nas diversas sub-áreas da Odontologia, buscando uma interdisciplinaridade. Por estarem inseridos no contexto da educação superior, os cursos de especialização são regidos pelos princípios estabelecidos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB (Lei 9.394/ de 20 de dezembro de 1996), que estabelece ser função do Estado legislar, regular e avaliar o ensino superior brasileiro. Desse modo, é competência do Ministério da Educação estabelecer as diretrizes para esse nível de educação superior, calçadas nos seguintes documentos: Parecer CNE/CES nº 908, de 02/12/1998, Resolução CNE/CES nº 1, de 03/04/2001, Parecer CNE/CES 0281/2002, Portaria MEC nº 1.180/2004, Portaria MEC nº 4.361/2004.

Em Odontologia, nota-se um forte desejo do recém-egresso em se especializar, sendo observado que nosso país possui o maior número de especialidades do mundo. Essa tendência reflete o modelo flexneriano ainda adotado, que se fundamenta no biologicismo, na fragmentação, no individualismo, na exclusão de práticas alternativas, na atuação curativa e no tecnicismo. Esse fato deveria, portanto, gerar um amplo debate na academia sobre os seguintes aspectos:

1. Visão integrada da saúde.
2. Aspectos preventivos e promocionais na especialidade.
3. Conteúdos mais significativos de bioética, metodologias da pesquisa e do ensino.
4. Melhor elaboração da monografia.
5. Atendimento a especificidades (CTBMF – residência).
6. Preparo para a educação a distância, “on-line” e as atividades inovadoras no ambiente de ensino-aprendizagem.
7. Nova proposta de avaliação dos cursos de especialização.

No que se refere à pós-graduação *stricto sensu*, observa-se ter ocorrido um nítido crescimento do número de programas e de alunos titulados. No triênio 2001/03, titularam-se, nos 82 programas de pós-graduação em Odontologia, 1.851 mestres, 428 mestres profissionais e 703 doutores. Porém, parece não ter havido uma mudança no perfil do docente de Odontologia, que ainda é calcado no modelo flexneriano. Três

A pós-graduação stricto sensu deve agir como indutora da transformação do processo interno das instituições de ensino superior, formando professores e cidadãos conscientes.

fatores são fundamentais na formação docente: o eixo do conhecimento, o eixo político e o eixo pedagógico. A abordagem social dada à pesquisa e à geração de tecnologia pode contribuir para a formação crítica do docente em Odontologia, conforme se pode observar no princípio da autonomia estabelecido pela LDB e nas ações voltadas para o SUS, tendo em mente ainda o controle social e a ética.

Na pós-graduação *stricto sensu*, a responsabilidade por sua avaliação encontra-se na CAPES, que apresenta um modelo produtivista de análise de resultados, sendo que Sobrinho (2003) destaca que “a avaliação deve não só observar se a universidade é útil ao desenvolvimento da indústria e da vida econômica, mas principalmente se a instituição pratica a justiça social”.

Para o triênio 2004/06, a conceituação dos Programas se pautará nos seguintes critérios:

1. Conceito excelente (7): 80% ou mais dos docentes permanentes deverão ter publicado, no triênio, o mínimo de 06 artigos em Qualis Internacional A ou B, sendo que pelo menos 03 o sejam em Qualis Internacional A.
2. Conceito excelente (6): 70% ou mais dos do-

centes permanentes deverão ter publicado no triênio 04 artigos em Qualis Internacional A ou B, sendo que pelo menos 02 o sejam em Qualis Internacional A.

3. Conceito muito bom (5): 80% ou mais dos docentes permanentes deverão ter publicado no triênio pelo menos 3 artigos por docente em periódicos classificados como Qualis Internacional C ou superior, sendo pelo menos um desses Qualis Internacional A ou B, por docente.
4. Conceito bom (4): 80% ou mais dos docentes permanentes deverão ter publicado no triênio o mínimo de 03 artigos em Qualis Nacional A ou superior, sendo pelo menos um desses em Qualis Internacional C ou superior, por docente permanente.
5. Conceito regular (3): 80% ou mais dos docentes permanentes deverão ter publicado no triênio o mínimo de 03 artigos por docente em Qualis Nacional B ou superior. Sem excluir o critério anterior, 60 % dos docentes permanentes devem ter publicado um artigo em Qualis Internacional C ou superior.
6. Conceito fraco (2): 80% ou mais dos docentes permanentes deverão ter publicado no triênio pelo menos 02 artigos em Qualis Nacional B ou superior.
7. Conceito deficiente (1): as demais situações.

Para a avaliação qualitativa, serão observados os seguintes aspectos: número de pesquisadores do CNPq, nucleação, montante de recursos obtidos para a pesquisa oriundos de agências de fomento e inserção internacional.

Nos Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* deve ainda haver a articulação entre ensino e pesquisa, o que contribuiria para a formação crítica do docente em Odontologia, calcada na finalidade da educação superior (LDB), na caracterização da universidade e na sua autonomia – sendo que a avaliação CAPES enfatiza a importância da formação científica e acadêmica – e, por fim, e não menos importante, na necessidade da aproximação da universidade com os serviços (SUS).

A pós-graduação *stricto sensu* deve agir como indutora da transformação do processo interno das ins-

tuições de ensino superior, formando cidadãos críticos (professores de Odontologia) que trabalhem por uma Odontologia que traga a saúde para todos.

No Brasil, a pesquisa é essencialmente desenvolvida nos programas de pós-graduação *stricto sensu*. Quando compara-se o triênio 2001/03 com o triênio anterior, verifica-se que a Odontologia apresentou um grande crescimento em sua produção científica, sendo de 41% (de 4.036 para 6.846) para artigos publicados, de 31,4% (de 1.285 para 1.872) para dissertações e de 27,9% (de 517 para 717) para teses.

A atividade de pesquisa, segundo Demo (1998), deve ser uma atitude cotidiana que permita estabelecer o questionamento reconstrutivo como propedêutica diária e da vida e uma habilidade de (re)construir conhecimento próprio para inovar (qualidade formal) e intervir (qualidade política). Além disto, Minayo (1994) enfatiza que a pesquisa é a ação básica da ciência na sua indagação e construção da realidade, e que, portanto, deve alimentar a atividade de ensino e atualizá-la frente à realidade do mundo, vinculando pensamento e ação. Prado Jr., por sua vez, destaca que não há conhecimento que se faça fora da prática do sujeito no mundo que o cerca e o qual é necessário compreender, pela criação de significados e sentidos.

Para que essa transformação ocorra, deve-se ainda refletir sobre a relação docente-aluno, sendo que Paulo Freire, em seu livro “A Pedagogia da Autonomia”, destaca que para ser um bom professor deve-se:

1. Querer bem aos educandos.
2. Dar liberdade e ter autoridade.
3. Respeitar a autonomia do educando.
4. Ter humildade e tolerância.
5. Ter alegria e esperança.
6. Saber escutar.
7. Apresentar disponibilidade para o diálogo.

Desse modo, o educador deve ensinar eficazmente, o educando deve aprender significativamente, a comunidade deve dispor de produtos do conhecimento e a universidade deve mediar a educação. ■

Balneário Camboriú, 19 de agosto de 2005.